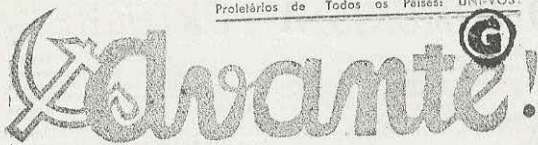


Proletrários de Todos os Países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DENUNCIAMOS

SEGUNDO INFORMAÇÕES SEGUROS QUE POSSUÍMOS COLHIDAS ENTRE ELEMENTOS DA LEGIÃO, DA GNR, PSP, OS TIROS FEITOS DAS JANELAS E CAFÉS

DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DO DIA 18 EM LISBOA FORAM OBRA CRIMINOSA DE DESORDEIROS DA LEGIÃO A MANDO DIRECTO DO GOVERNO.

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA

MAIS DE MEIO MILHÃO DE PESSOAS EM LISBOA E PORTO RECLAMARAM:

LIBERDADE! ELEIÇÕES LIVRES! AMNISTIA! ABAIXO O FASCISMO!

O POVO RESISTE HERÓICAMENTE ÀS VIOLÊNCIAS DAS FORÇAS REPRESSIVAS
VÁRIOS MORTOS E DEZENAS DE FERIDOS

CENTENAS DE PRISÕES

A nação está vivendo horas sem par da sua luta contra a tirania de Salazar. Galvanizado, pleno de heroísmo e decisão, o nosso povo empunhando com vigor a bandeira das liberdades democráticas, apossou-se das ruas e patenteou com toda a clareza a sua vontade unânime de quebrar as algemas salazaristas.

Bastaram 8 escassos dias desta «liberdade por medida e a prazo» da presente campanha eleitoral para mostrar ao País e ao Mundo que com eleições decentes, já não dizemos livres, Salazar e a sua camarilha seriam varridos do poder por esmagadora maioria.

A vontade popular manifestou-se sem equívocos.

Primeiro de maneira pacífica e ordeira; depois, quando o salazarismo entrou na provocação e na violência, o povo enfrentou corajosamente a agressão da polícia, ripostou com vigor à agressão e deu provas duma combatividade digna das suas melhores tradições de luta.

Seja nas manifestações pacíficas, seja respondendo às violências e provocações do salazarismo, a vontade popular foi sempre poderosa e firme.

200 mil pessoas manifestaram-se nas ruas do Porto

Quando da chegada do general Humberto Delgado, o povo do Porto veio para a rua reclamar uma mudança de regime, as liberdades democráticas, a amnistia, a abolição da censura numa grandiosa manifestação pacífica e de unidade.

Mais de 200 mil pessoas, na sua grande maioria trabalhadores, transformaram as ruas do Porto num mar de gente demonstrando a vontade inabalável e inquebrantável do povo de lutar pelo termo da ditadura fascista de Salazar, pela Democracia e a Liberdade.

A esta grandiosa manifestação pacífica, respondeu o governo, atirando com as forças repressivas contra o povo, espancando, ferindo e até matando pessoas indefesas.

Mas, o valente povo do Porto não se deixou intimidar, antes, avançou em novas e mais poderosas manifestações que tornaram impotente a acção das forças repressivas e cul-

minaram com a tomada do edifício do Coliseu onde se ia realizar a sessão de propaganda eleitoral. Enquanto esta decorria, cá fora as manifestações continuavam, prolongando-se até de madrugada.

Prosseguem as manifestações

No dia 15 e seguintes o povo continuou a manifestar-se nas ruas do Porto particularmente junto aos monumentos da guerra de 1914-18; em frente da sucursal do «Diário da Manhã» que foi assaltada pelos manifestantes numa demonstração clara de ódio à censura e acção caluniadora deste pasquim; nos arredores industriais do Porto e próximo da Casa do Gaio.

Para participar em massa nestas manifestações, OS TRABALHADORES DE DIVERSAS EMPRESAS DO PORTO PARALIZARAM O TRABALHO.

Em todas as manifestações o povo teve de enfrentar a acção provocadora e repressiva da PIDE, GNR e PSP. Recoso com o rumo dos acontecimentos, o Governo não hesitou em mobilizar o exército.

LIBERDADE! Gritaram cerca de 300 mil pessoas em Lisboa

De Santa Apolónia até ao cimo da Avenida da Liberdade, passando pelas ruas da Baixa, especialmente, Rua Augusta, Rossio e Restauradores, uma multidão compacta de centenas de milhares de pessoas — cerca de 300 mil — constituída por operários, empregados, funcionários, alguns elementos das forças armadas, homens, mulheres e jovens, gente de todas as condições sociais, atearam os ares de Lisboa, no dia 16, com vibrantes gritos de: **Liberdade! Abaixo os Tiranos! Temos fome! Amnistia! Vive a República! Unidade! Abaixo a ditadura!** e vivas aos dois candidatos da Oposição e cânticos entusiásticos da portuguesa. Tudo isto a despeito dos jornais e do rádio, esta de quarto em quarto de hora, anunciarem a proibição de qualquer manifestação pública no País.

Grandes cordões da polícia pro-

curavam deter a multidão, vários estabelecimentos encerraram as portas e os empregados vieram para a rua juntando-se à manifestação.

Noutros pontos de Lisboa, Praça do Chile, Av.ª Rovisco Pais, Alto de S. João, Filipe Folque, Andrade Corvo, Duque de Loulé e ruas adjacentes, junto das embaixadas da França, Inglaterra e Estados Unidos, o povo manifestou-se com o mesmo entusiasmo sob as bandeiras da Liberdade da Amnistia e da República. As manifestações prolongaram-se até às 3 horas da madrugada.

Ao longo das ruas e nas janelas, empunhando centenas de bandeiras nacionais o povo aderiu e engrossava as manifestações, e a onda de protestos e reclamações alargava-se, galvanizando massas cada vez maiores e dando largas aos anseios de liberdade reprimidos e contidos por 32 anos de opressão, patenteavam, sempre com o maior vigor, que o povo português não está com Salazar e o seu governo.

As forças repressivas são aliadas contra as manifestações pacíficas

Sentindo justamente esta dura realidade — que o povo não está ao seu lado, — o governo de Salazar entrou no caminho da provocação, dos actos de violência e da repressão sangrenta.

Bando de desordeiros da Legião, PIDE e buíes foram convocados para provocar distúrbios que justificassem a intervenção bárbara das forças repressivas contra o povo. Oficiais da Legião gabaram-se de que esta fora encarregada de provocar incidentes nas sessões e manifestações de apoio aos dois candidatos da oposição. Tanques, carros de assalto, metralhadoras, jeeps, esquadras da GNR a cavalo, tudo isto foi atirado contra o povo que se manifestava pacificamente.

Mulheres indefesas, crianças e velhos foram agredidos à espadrejada, com rajadas de metralhadora, cascate e pisados por cavalos deliberadamente atirados pela GNR contra a multidão.

O sangue do povo correu nas ruas de Lisboa, dezenas e dezenas de pessoas ficaram feridas, algumas gravemente, com as cabeças abertas, faces esmurçadas, braços pernas e costelas partidas, registaram-se algumas mortes, facto que o governo pretende ocultar do povo.

A esta acção bárbara e criminosa, respondeu o povo resolutamente rompendo os cordões da polícia e resistindo heróicamente ao impedimento histórico dos reforços da PSP e GNR que chegavam constantemente aos locais das manifestações.

Cartazes com distícos — **Já não temos medo!** — eram empunhados pelos manifestantes que ao mesmo tempo gritavam: **Para a frente!**

«Vamos e eles!» Podem meter 10 ou 100 mas não mais de 8 milhões! mostravam o destemor e a coragem do nosso povo, assim como o seu firme propósito de quebrar as algemas e pôr fim à opressão.

AS VIOLÊNCIAS PARTIRAM DOS SALAZARISTAS! O GOVERNO É O ÚNICO RESPONSÁVEL!

Está claro, para toda a gente que as provocações e os actos de violência partiram das forças repressivas e que a responsabilidade pelo sangue que correu nas ruas de Lisboa e Porto, cabe totalmente ao governo. Apesar disto Salazar e a sua camarilha pretendem mais uma vez jogar com o velho e esfarapado espantalho do comunismo e apresentar o nosso Partido como o instigador de tais acções.

As notas oficiosas do governo e os comunicados da União Nacional são autênticos insultos aos democratas e anti-salazaristas que apoiam as duas candidaturas da Oposição.

As palavras insultuosas, a mentira, a calúnia, as ameaças claras e veladas, a agressão aberta contra as massas populares que se manifestam pacificamente eis o «modo» como o governo de Salazar conduz a campanha eleitoral.

O pavor ante novas e mais amplas manifestações populares pela liberdade e a democracia que podem vir a ter lugar, em Lisboa, Porto e outras terras de Portugal, eis o que levou os inimigos do povo Salazar Santos Costa e companhia, a recorrer à repressão sangrenta e à preparação de um clima de guerra civil, que é visível pela posterior reunião dos dois comandos do Exército, da Marinha, da Aviação, e das forças repressivas com o ministro da Defesa. Tudo isto tem um fim: intimidar para impedir que a onda popular cresça e assim Salazar poder nomear

(continua na 2.ª pág.)

ACÇÕES COMUNS

As acções comuns e a solidariedade mútua das forças que apoiam as duas candidaturas da Oposição têm-se cada vez mais necessárias para vencer todas as dificuldades que o governo levanta à sua propagação e impedir maiores ilegalidades, arbitrariedades e violências contra os democratas e anti-salazaristas.

Assim, pensamos que se deve reclamar conjuntamente a libertação imediata de todos os candidatos presos da Oposição, bem como a protestar contra as provocações e violências exercidas contra o povo pelos desordeiros de PIDE e da Legião e demais forças repressivas.

Assim, pensamos que devem ter lugar manifestações conjuntas pela abolição da censura, pela amnistia, pela liberdade de voto, pela fiscalização de acção eleitoral e de conteúdos dos votos — por eleições livres. Avante, pois, para acções comuns pela Liberdade e a Democracia!

**4.100 CONTOS PARA A PROPAGANDA DA UNIÃO NACIONAL
2.500 CONTOS PARA A LEGIÃO PROMOVER DESORDENS**

Pelo decreto número 41.605 de 2 de Maio de 1958 foram abertos os seguintes créditos especiais a favor do Ministério do Interior.

— Para gastos confidenciais ou reservados, 4.100 contos;
— Subsídio à Legião Portuguesa, 2.500 contos.

Dos 4.100 contos, cerca de 4.000 foram destinados à União Nacional para: cuscar a propaganda eleitoral em curso e o restante ao «Diário da Manhã», certamente para o mesmo

fim. Agora fica-se a compreender melhor porque as longas emissões radiofónicas e os grandes relatos nos jornais cantando hinos ao «chefe» e ao regime.

Agora fica-se a compreender melhor porque é que grupos de legionários profissionais da desordem e da provocação se movimentam por todo o país a provocarem conflitos nas manifestações de propaganda da Oposição.

DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

De norte a sul do país o Governo de Salazar encadeou uma onda de repressão e de ilegalidades contra os democratas e o povo. Corre sangue de portugueses, cria-se uma situação grave porque o Governo tenta em reprimir pela força o desejo unânime do povo de uma mudança de regime e de Governo. Os salazaristas aliam a esta repressão a calúnia contra as forças democráticas e patrióticas que apoiam as causas da liberdade.

Tal como em períodos eleitorais anteriores, os governantes salazaristas e o seu partido, a «União Nacional», fazem do anti-comunismo o seu cavalo de batalha e espelham as mais grosseiras calúnias acerca da acção e objectivos do Partido Comunista para tentarem justificar a ausência de liberdades democráticas e o regime de terror, único imposto ao povo português há longos 32 anos.

Para esclarecimento da opinião pública e do nosso povo em geral, o Partido Comunista Português considera necessário reafirmar a sua posição e orientação sobre algumas questões que se relacionam com o actual momento e com a solução do problema político português.

1.—O Partido Comunista Português, partido político da classe operária e do povo, luta há 32 anos contra as ilegalidades e arbitrariedades do regime salazarista. Não decorrerá destes longos anos muitos dos nossos militantes têm sido encarcerados, torturados e assassinados pela polícia política ou forçados a viver no exílio. Por isso, mais do que ninguém, o Partido Comunista deseja ardentemente que sejam restabelecidas no país as liberdades democráticas para que o povo português possa escolher livremente, através de eleições livres, o regime que deseje e para que ninguém mais seja perseguido pela sua maneira de pensar.

2.—O governo de Salazar, porque representa e defende os interesses da grande burguesia reacção e dos monopólios nacionais e estrangeiros, não se pode legitimar e pela violência.

Os salazaristas, agitando o espantoso do «perigo comunista», tentam intimidar e confundir a população, atraindo os proprietários de cidade e do campo, os lavradores, comerciantes e industriais não monopolistas, que lutam contra a desastrosa situação do governo de protecção aos monopólios.

O Partido Comunista, como partido da classe operária e do povo, luta para que as massas trabalhadoras vejam aumentados os seus salários e melhoradas as suas condições de vida. Ao mesmo tempo que

reafirma esta orientação, o Partido Comunista Português declara que o programa que defende comporta a elevação da nível de vida de todo o povo português, incluindo as camadas da pequena e média burguesia cujos interesses têm sido espezinhados pelo governo de Salazar. O Partido Comunista defende a elevação do nível de vida do povo português a custo dos interesses e lucros sem conta das camadas menos protegidas da pequena e da média burguesia. Uma redistribuição dos rendimentos e riquezas nacionais que eleve o nível de vida do povo português, aumentando a capacidade de compra das grandes massas. Uma política de diminuição dos impostos que pesam sobre a pequena e média burguesia e comércio aliada a uma redução das despesas militares, beneficiará imediatamente, não só os trabalhadores mas também as camadas médias da população portuguesa cuja situação económica melhorará com a melhoria geral das condições de vida do povo português. Nada tem a temer da acção dos comunistas os pequenos e médios proprietários, os pequenos e médios produtores da cidade e do campo, os pequenos e médios comerciantes e industriais. O Programa do Partido Comunista Português corresponde aos interesses, não só das massas trabalhadoras, como também da pequena e média burguesia e de burguesia nacional não monopolista.

3.—Pensa o Partido Comunista Português que, devido à modificação operada nos últimos tempos na correlação de forças políticas nacionais em consequência da expressão das massas populares, do aumento das contradições internas do regime e da crescente unidade de acção das forças democráticas e anti-salazaristas, será possível através das eleições presidenciais, conquistar liberdades para o regime e para a nação, inclusive uma vitória eleitoral. Tais conquistas, como por exemplo a extinção da censura, a imprensa, liberdade de reunião, assembleia, etc., não são a modificação na correlação de forças (favoráveis aos democratas e anti-salazaristas, aumentando as contradições internas do regime salazarista e abrindo o caminho para as conquistas mais radicais com vista ao restabelecimento das liberdades democráticas. Por isso, o Partido Comunista defende que as forças democráticas e anti-salazaristas trabalhem activamente, até ao fim, nas actuais eleições presidenciais.

4.—Os recentes acontecimentos, em Lisboa e Porto, de inteira responsabilidade do

Governo, provam a característica violenta do regime. O Governo acusa os comunistas de crimes soltos e fomentadores de violência, no entanto, é o Partido Comunista que preconiza a concordância e é o Governo que a impede, recorrendo à violência, não respeitando a legalidade nem a própria Constituição.

Ao contrário do que diz a propaganda do governo, o Partido Comunista Português não só solicita a liberdade de expressão, de reunião e de imprensa, como também defende a vontade popular expressa em eleições livres tal como está expresso no Programa do Partido aprovado no V.º Congresso.

O Governo procura apresentar-nos como uma força que quer exercer vinganças e violência sobre esta ou aquela pessoa sobre estes ou aqueles responsáveis. Nós, comunistas, não desejamos alimentar ódios, não somos partidários da violência, por isso, não podemos e procuramos encontrar uma via que facilite, por meios pacíficos, a solução da situação política criada pela ditadura de Salazar. No entanto, se o Governo persistir em responder com violência às manifestações das massas que exigem uma mudança de regime e o restabelecimento da legalidade democrática, o Partido Comunista não hesitará em responder com violência às violências do Governo e de aconselhar as massas a não se deixarem intimidar e a responder a essas violências.

5.—Com o objectivo de dividir as forças democráticas e de esbarhar a unidade, o governo de Salazar acusa unicamente o Partido Comunista Português de não ser um Partido nacional e de estar ao serviço do estrangeiro. O Partido Comunista Português não responde a estas acusações. Os melhores tradições do nosso povo, é um Partido profundamente nacional porque é o Partido das classes laborais portuguesas, cujos interesses defende intransigentemente contra a política de exploração e miséria do Governo que é fiel instrumento do imperialismo e das forças monopolistas anti-nacionais.

6.—O decorrer de actual campanha eleitoral mostra uma decomposição cada vez maior nas camadas salazaristas e o crescer e fortalecimento da unidade de acção e da compreensão das forças democráticas e patrióticas que se lhe opõem. Aparentado com esta

realidade e recendo novos desfechos e o desagregação nas suas fileiras, o governo procura intimidar e enganar as massas que desejam afastar-se do regime, tentando para isso calúnias sobre as intenções e objectivos dos comunistas.

O Partido Comunista Português, reafirmando o seu desejo de pacificação e concordância nacional, defende que todos aqueles portugueses que, ainda hoje ligados ao regime, se tenham arrependido, retirando-lhe o seu apoio, sejam acolhidos sem ressentimentos nas fileiras anti-salazaristas. Pense o Partido Comunista Português que todos quantos, de uma maneira ou de outra, contribuíram para evitar mais violências, mais ódios e perseguições da ditadura salazarista todos aqueles que ligados à luta agora ao regime continuem a contribuir para evitar uma ruptura entre portugueses e facilitem com a sua acção o restabelecimento da legalidade democrática, não terão a rejeição do nosso povo.

O Partido Comunista Português, declara que apoiará todas as acções que conduzam ao afastamento do Governo de Salazar do poder e que abram o caminho a uma mudança de regime no sentido democrático e progressivo.

«O Partido Comunista Português», como se lê no seu Programa, considera importante que após o afastamento da ditadura salazarista do poder seja formado um Governo Democrático de Unidade Nacional, não salazarista, contudo, não se trata de nacionalmente um Governo de homens honrados que, substituindo a cemitilha salazarista, se comprometa a estabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e de «propaganda do povo através de reuniões livres».

19 de Maio de 1958

PELO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Américo Gonçalves de Sousa
António Dias Lourenço
Jaime Serra
Joachim Gomes
José Manuel de Jesus
Júlio Fagoga
Ovídio Rodrigues Pê
Sérgio Viarigues

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES

(continuação da 1.ª pág.)

mais uma vez o presidente da República.

O POVO NÃO SE DEIXOU INTIMIDAR

A indignação e a revolta que a acção repressiva do governo sobre as massas populares, provocou entre todas as camadas da população, inclusive entre muitos salazaristas, assim como, as posteriores manifestações junto do liceu Camões e ruas adjacentes, em Lisboa, na Praça da Liberdade no Porto, na Póvoa de Varzim, e a grande afiliação e entusiasmo verificados nas sessões de propaganda eleitoral da Oposição Democrática em Aveiro, Torres Vedras, Alpiarça, Moscavide, etc., todo isto, é bem uma prova de que o povo não se intimidou.

Em Lisboa no dia 18, ante nova agressão ainda mais brutal das forças repressivas que usaram carros de assalto, metralhadoras pesadas e baioneta calada com que carregaram criminosamente sobre o povo, este não recuou e, resistiu de novo heróicamente com as únicas armas que possuía—as pedras do pavimento—levanta mais uma vez bem altas as bandeiras da liberdade e da democracia.

Toda a população da zona do Saldanha, Praça José Fontana, Estefânia Conde Redondo, etc., que das janelas apoiou calorosamente os manifestantes, solidarizou-se com estes, abrindo-lhes inclusivamente as portas de suas casas quando eles organizadamente recuavam ante a fúria assassina da GNR e PSP, que espedeirou inclusivamente as pessoas que saíam do cinema Monumental. E quando as forças repressivas numa perseguição feroz invadiram as suas casas ordenavam que se retrássem das janelas para as quais apontavam as metralhadoras, a população, não só se mantinha firmemente ali como ainda protes-

tava em altos brados contra a violação dos seus domínios.

Os cordões da polícia, tal como no dia 16 foram rompidos no Saldanha e aqui, como na Páscoa de Melo, Filipe Folque, Luciano Cordeiro, Estefânia, Conde Redondo, as manifestações prosseguiram até de madrugada.

Em nova e mais amplas manifestações exigimos: liberdade para os presos!

Centenas de prisões foram efectuadas no decorrer das manifestações em Lisboa e Porto. Nos hospitais encontram-se dezenas de feridos sob prisão. Exigir a sua libertação imediata, assim como a demissão de Salazar, causador principal dos conflitos verificados, são reivindicações sentidas por todo o povo. Este pode e deve em novas e mais amplas manifestações levantar estas exigências.

SALAZAR DEVE SER

DEMITIDO

A forma como a campanha eleitoral está a decorrer, as restrições de toda a ordem feitas à propaganda das duas candidaturas da Oposição, o selo da censura em todos os jornais, assim como a acção brutal das forças repressivas de que resultaram já pelo menos 5 mortos e dezenas e dezenas de feridos, tudo isto mostra que o governo de Salazar se opõe ferozmente a que o problema político português se resolva pacificamente e é incapaz de realizar acções com um mínimo de decência.

O actual Presidente da República, sr. general Craveiro Lopes, pode contribuir por forma muito importante para evitar lutas fratricidas entre portugueses. Como? Demitindo Salazar e nomeando um governo de homens honrados capazes de promover a realização de eleições livres.

O MENTIROSO DE ALTO CALIBRE

Nun comunicado publicado nos jornais de 12 de Maio de 1958, o famigerado director da PIDE, capitão (para vergonha do exército) Neves Graça, teve o arrojo de desmentir a afirmação desasombrosa do senhor general H. Delgado de que tivera conhecimento «que alguns comunistas, ou assim julgados, têm sido torturados barbaramente com métodos da Gestapo, de friste memória». (Nós acrescentamos: torturados e assassinados).

Disse ainda o director da PIDE que as declarações do senhor general não passavam da repetição de falsas acusações dos comunistas e chegou ao ponto de declarar que não consentia que qualquer recuso fosse tratado menos humanamente.

Sim, as centenas e centenas de homens, mulheres e jovens que têm sido torturados pela PIDE e tratados «menos humanamente» não eram apenas comunistas, embora estes representem uma maioria esmagadora.

No tempo em que o capitão Neves Graça capitaneava a PIDE no Porto, tornaram-se conhecidas do povo do Norte as barbaridades ali praticadas contra os presos.

Militão Ribeiro, dr. Alberto Araújo, Ernesto Ribeiro, Francisco Esteves, Francisco Cruz, João Diniz, Benjamin Garcia, o jovem Abreu, Alvaro Gonçalves, foram espancados selvaticamente por agentes da PVDE, cujo nome mudou para PIDE. Todos eles morreram prematuramente nas prisões ou em liberdade em consequência dos maus tratos e de tratamento «menos humanos». E as dezenas de mortos no Tarrafal e em Angra do Heroísmo?

Alvaro Cunhal, Francisco Miguel, António Dias Lourenço, Américo de Sousa, Jaime Serra, Pires Jorge,

Caluniosamente e querendo fugir às responsabilidades, o Governo, pela boca do ministro do Interior, atribui a pretensas agitações comunistas, os conflitos que tiveram lugar durante as manifestações pela liberdade e a democracia.

São acaso agitados os 500 mil portugueses que se manifestaram em Lisboa e Porto nos dias 14 e 16?

Não é o povo que quer e exige mudanças políticas.

Sérgio Viarigues, Fastino de Campos, Alvaro Ferreira, Saul Gonçalves, e tantos e tantos outros, foram espancados selvaticamente na sede da polícia política e nas suas prisões. Ainda não há muito tempo foram também espancados na PIDE do Porto os jovens democratas Pedro Ramos de Almeida e Diniz.

Será o director da PIDE capaz de desmentir que o ferroviário Vieira Tomé, o viúvel José Moreira, o operário da construção civil Germano Vidal e o camponês Patulela não foram mortos por meio de torturas? E porque meios foram mortos recentemente na cadeia da PIDE do Porto Manuel da Silva Junior e Joaquim Lenhos de Oliveira?

Mas para que têm estes factos se o próprio Salazar ordenou a aplicação de «uns salafatos a tempo»? E não são acaso torturas a diabólica posição de estúpida e os interrogatórios durante dias seguidos?

E não foi o dr. Ferreira Soares assassinado no seu próprio consultório a tiro de metralhadora por agentes da PIDE? e o operário Alfredo Diniz, membro do Comité Central do nosso Partido, não foi ele abatido a tiro quando circulava pacificamente numa estrada perto de Bucelas?

E não é verdade que Alvaro Cunhal e Georgete Ferreira se encontram gravemente doentes na Penitenciária de Lisboa e no Forte de Caxias quando o seu estado exige o seu internamento num hospital e num sanatório? Mais, a sua libertação visto que já terminaram a suas penas!

E não é ainda verdade que Georgete Ferreira perdeu a possibilidade de ser mãe e adquirir uma tuberculose intestinal na prisão?

Sim, tudo isto é verdadeiro. Pode mentir-se descaradamente. Pode querer-se fugir à responsabilidade de tantos crimes. Mas, os factos não se podem esconder.

declaram o Partido Comunista Português que publicamos neste número do «Avante!» (já enviada, com pedido de publicação, a todos os jornais diários de país, ilhas adjacentes e colónias).